

VAMOS VIRAR O JOGO

Tecendo na
Amazônia
a Educação
Ambiental
pelo Clima e
pela Vida

Organizadores

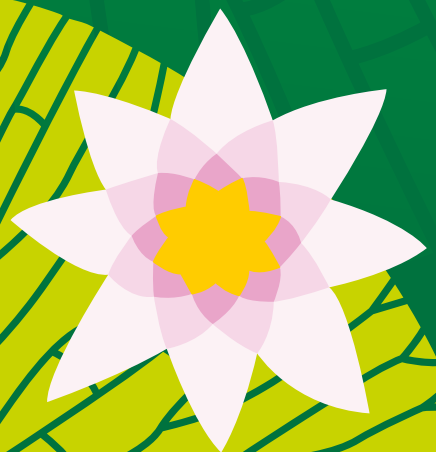
Maria Henriqueta Andrade Raymundo

Luiza Magalli Pinto Henriques

Henrique dos Santos Pereira

Hendryo André

Marcos Sorrentino



VAMOS VIRAR O JOGO

Tecendo na
Amazônia
a Educação
Ambiental
pelo Clima e
pela Vida

Organizadores

Maria Henriqueta Andrade Raymundo
Luiza Magalli Pinto Henriques
Henrique dos Santos Pereira
Hendryo André
Marcos Sorrentino

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

MINISTRA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS DO CLIMA

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

IDENTIDADE DO EVENTO

Izabel Portugal

PROJETO GRÁFICO

Tito Fernandes

EDITORIAÇÃO

Adriel Albuquerque

FICHA CATALOGRÁFICA

V216

Vamos virar o jogo: tecendo na Amazônia a educação ambiental pelo clima e pela vida! / Organizadores: Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Luiza Magalli Pinto Henriques, Henrique dos Santos Pereira, Hendryo André, Marcos Sorrentino. – Manaus: Editora INPA, 2025.

216 p. : il. color.

ISBN: 978-65-5633-074-7

DOI: <https://doi.org/10.61818/56330747>

1. Educação Ambiental. 2. Congresso Internacional. 3. Língua Portuguesa. 4. Mudança do Clima. I. Raymundo, Maria Henriqueta Andrade. II. Henriques, Luiza Magalli Pinto. III. Pereira, Henrique dos Santos. IV. André, Hendryo. V. Sorrentino, Marcos.

363.70071

CDD 23^a ed.

Inácio de Oliveira Lima Neto - CRB 888-11

Esta publicação é fruto do VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, ocorrido em Manaus (AM), entre 21 e 25 de julho de 2025, contando com a participação de representantes de todos os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste —, além da Galícia, comunidade autônoma da Espanha. O VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental foi uma realização da Rede Lusófona de Educação Ambiental (RedeLuso); Fundação Matias Machline, Governo do Estado do Amazonas, Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).



Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

Secretaria de
Estado de Educação
e Desporto Escolar

Secretaria do
Meio Ambiente



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



ASL Brasil
Projeto Paisagens Sustentáveis do Amazônico



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

COMITÊ EDITORIAL

1. **Araceli Serantes Pazo** - Universidade da Coruña, Galiza / Espanha
2. **Carmen Gattás** - Núcleo de Comunicação e Educação - NCE/ECA/USP /Brasil
3. **Claudia Coelho Santos** - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) / Brasil
4. **Daniel Fonseca de Andrade** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Brasil
5. **Denise de La Corte Bacci** - Universidade de São Paulo (USP) /Brasil
6. **Evandro Albiach Branco** - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) / Brasil
7. **German Vargas Callejas** - Universidad de Santiago de Compostela
8. **Hendryo André** - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) / Faculdade IELUSC / Brasil
9. **Herme Indi da Fonseca** - Ministério das Pescas e Economia Marítima / Guiné-Bissau
10. **Isabela Kojin** - Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) / Brasil
11. **Isis Akemi Morimoto** - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) /Brasil
12. **José Matarezi** - Univali (Itajaí, SC) / Brasil
13. **Keynesménio Neto** - University of São Tomé and Príncipe (ISEC) / São Tomé e Príncipe
14. **Marcelo Aranda Storti** - GEASUR /UNIRIO / Brasil
15. **Marcos Sorrentino** - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) /Brasil
16. **Marcos Vinicius Campello Junior** - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul / Brasil
17. **Maria Castellano** - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) / Brasil
18. **Maria Henriqueta Andrade Raymundo** - Universidade Federal do ABC (UFABC)/ANPPEA / Brasil
19. **Maria Inês Gasparetto Higuchi** - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) / Brasil
20. **Maria Rita Avanzi** - Universidade de Brasília (UnB) / Brasil
21. **Mauro Guimarães** - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) /Brasil
22. **Nadja Janke** - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) - Brasil
23. **Pablo Ángel Meira Cartea** - Universidad de Santiago de Compostela
24. **Pedro Martins** - Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) / Portugal
25. **Regina Aparecida da Silva** - Universidade Federal de Rondonópolis / Brasil
26. **Rosana Louro Ferreira Silva** - Universidade de São Paulo (USP) / Brasil
27. **Sabrina Amaral** - UNISINOS / Brasil
28. **Simone Portugal** - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) / Brasil
29. **Thais Brianezi** - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) / Brasil
30. **Thais Ferraresi Pereira** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) / Brasil
31. **Vivian Battaini** - Universidade Estadual do Amazonas (UEA) / Brasil
32. **Zanna Maria Rodrigues de Matos** - Universidade Estadual de Feira de Santana / Brasil
33. **Zanna Maria Rodrigues de Matos** - Universidade Estadual de Feira de Santana / Brasil

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Prefácio.....	9

Seção 1 - Convite à Reflexão e ao Balanço Ético Global..... 11

Educação Ambiental vira o jogo: um chamado para a reflexão e ação, rumo a um planeta possível.....	12
3ª Jornada de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global rumo à COP30	15
Balanço Ético Global: contribuições e oportunidades a partir do Sistema MonitoraEA.....	19
Uma alegação contra a transição energética desde a educação ambiental!.....	23
Rede Internacional de Centros, Núcleos e outros Equipamentos Territoriais de Educação e Cooperação Socioambiental – Rede CEA	27
Reacendendo a Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – PlanTEA.....	32
Educação ambiental no cruzamento de diálogos na CPLP: desafios e perspectivas para o futuro dos congressos lusófonos	35
Educação Ambiental crítica e decolonial: Sentipensar a Terra como ato de resistência e reexistência	38
Juventudes na pauta socioambiental: rumo à COP30 e além	42
Construindo o ecossistema do financiamento da educação ambiental nos países e comunidades de língua portuguesa	45
Contribuições dos Centros de Educação e Cooperação Socioambiental e Salas Verdes para a Política Nacional de Centros de Educação Ambiental.....	49
Educomunicação e participação social: uma interface entre a educação ambiental e a comunicação social na Gestão Ambiental Pública.....	53
Por uma pedagogia inquieta: diálogos necessários para o enfrentamento coletivo dos problemas socioambientais emergentes	56

Seção 2 - Experiências Sensíveis e Estéticas..... 59

Metodologias sensíveis e poéticas na educação ambiental: o bordado enquanto prática e linguagem sócio-psicopedagógica.....	60
Fios entrelaçados bordando o amanhã na COP30	63
Na Parada da arte-educação-ambiental: um manifesto curatorial pela descolonização dos saberes	67
Do Zambeze ao Rio Negro – vozes que fluem, saberes que nutrem, mudanças que desaguam.....	72
A intersecção entre arte e ciência na promoção de uma consciência crítica e sustentável.....	76
A potência das diferentes formas de esperançar e educar	81
Arte, ciência e educação ambiental: três mesas para <i>SentirPensar</i> o Futuro	84
Cinema e educação ambiental: narrativas audiovisuais para enfrentar a crise climática nos países lusófonos: experiências de Portugal	89
Arte, território e clima: reflexões sobre as práticas educativas durante estiagens amazônicas	92
Do olhar de satélite ao corpo-território: a reinvenção da educação ambiental	95
Quando na Amazônia: entre o sentir, o aprender e o pertencer	97

Seção 3 - Olhares Analíticos sobre o Congresso..... 99

A representação do Brasil na RedeLuso: cooperação, desafios e perspectivas na educação ambiental....	100
Entre voos, travessias e diálogos: aprendizados e desafios da organização, da logística e da articulação no Congresso Lusófono de Educação Ambiental....	103
Cinco painéis e centenas de comunicações orais como pontos de parada rumo à COP30.....	106

Entre memórias, percepções e registros, algumas reflexões da Comissão Grupos/Áreas de Trabalho sobre o VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	109
Entre o símbolo e a prática: reflexões sobre o uso de mochilas como brindes em eventos públicos	112
Mochilas e cuias da educação ambiental	116
Educação ambiental em diálogos comunitários presenciais – espaços comunitários de promoção da cultura e de educação ambiental na Amazônia Central	119
Por trás dos bastidores: perspectivas e aprendizados na monitoria do VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.....	123
Possibilidades para mediatizar o tema educação ambiental: reflexões sobre as ações comunicativas realizadas durante o VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.....	126
Andarilhagens na Amazônia: vivências e aprendizagens no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.....	129
Educação como ato de persistência: o legado do congresso de Manaus	132
Trocas de saberes na Amazônia: narrativas de aprendizagem no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.....	135
A juventude amazônica no VIII Congresso Lusófono de Educação Ambiental	138
Simpósio de educação ambiental e a emergência das mudanças do clima: métodos, processos e experiências na Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa	140
Nós pelo Clima	147

Seção 4 - Tessituras de Educação Ambiental da Amazônia e na Lusofonia 151

A educação ambiental em Angola: políticas públicas, avanços e desafios	152
--	-----

A educação ambiental como pilar de articulação política e combate às alterações climáticas: oportunidades lusófonas na COP30	156
Educação ambiental e promoção de pequenos negócios nas comunidades rurais de Zavala – Moçambique	159
Juventude e educação ambiental: chaves para um futuro sustentável	162
Promover a educação ambiental e o engajamento dos jovens no enfrentamento da crise climática global – um estudo de caso na Escola Popular de Agroecologia - EPA Betano.....	165
Educação ambiental em Moçambique: entre desafios locais e a esperança de uma ética global na COP30	169
Entre rios e raízes: diálogos e confluências Brasil-Angola na educação ambiental	172
A Política Nacional de Educação Ambiental no enfrentamento da crise climática: reflexões necessárias para <i>virar o jogo</i>	174
Trajetória inicial de ensino, pesquisa e extensão em Ensino de Ciências e Educação Ambiental na Amazônia: relatos de uma paulistana, manauara, brasileira, terrestre.....	178
Educação ambiental e o papel da Fundação Matias Machline no Amazonas	183
Educação ambiental crítica em rede: conexões sustentáveis sergipanas em Manaus	185
Gestão ambiental e emergência climática: a experiência capixaba na implementação das políticas municipais de educação ambiental ..	188
Práticas isoladas ou transversalidade escolar, como navegar para a educação ambiental e a cultura oceânica?	192
Uma árvore de problemas para enfrentar a emergência climática.....	196
<i>Ajuri</i> na educação ambiental: encontro de vozes e saberes por uma educação em defesa da vida....	199
POSFÁCIO	202
LISTA DE AUTORIA	206



Uma alegação contra a transição energética desde a educação ambiental¹

Júlio J. Conde

O pomposo e altissonante mantra do desenvolvimento sustentável, segundo o qual o crescimento econômico sustido é compatível com um uso racional dos recursos da Terra, é esmagadoramente hegemônico em um momento histórico no qual as consequências da mudança climática antropogênica começam a se manifestar de forma mais que evidente, após décadas de evidências científicas incontestáveis que apontavam a atividade humana como a sua principal causa.

Neste contexto, a transição energética é a ponta de lança de um desenvolvimento sustentável no qual as chamadas *energias renováveis* posicionam-se como uma sorte de panaceia para satisfazer as necessidades energéticas do capitalismo de livre mercado sem a emissão de gases de efeito estufa.

A origem do desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável consolidou-se como um termo onipresente nos discursos institucionais globais, simbolizando a promessa de conciliação entre crescimento econômico e conservação ambiental. No entanto, a sua retórica tecno-otimista – que aposta na inovação e na eficiência como soluções para os problemas ecológicos – funciona como um recurso discursivo – ou mesmo um selo de conformidade – para ocultar as contradições que atravessam a relação entre as sociedades humanas e a natureza.

A sustentabilidade e o desenvolvimento econômico tornaram-se um par inseparável para o *establishment* político desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento celebrada no Rio de Janeiro em 1992. A partir desse momento, consolida-se uma narrativa global que posiciona a sustentabilidade como um salvo-conduto para tornar o capitalismo de livre mercado mais socialmente aceitável, ao tempo que justifica – ou atenua simbolicamente – as consequências ambientais geradas pela reprodução do capital. Esta narrativa foi assumida desde a aparição “oficial” do termo desenvolvimento sustentável, em 1987, no *Relatório Brundtland* das Nações Unidas, que impunha um roteiro tecno-otimista no qual chamava “a tecnologia e a organização social a serem tanto geridas quanto aprimoradas para abrir caminho a uma nova era de crescimento econômico” (ONU, 1987).

Diante dessa aura de oficialidade, a origem do conceito parece ter sido cuidadosamente moldada nos bastidores das instituições financeiras internacionais. Apesar de não se tratar estritamente da primeira aparição registrada, o termo surge em 1981 num discurso intitulado *Desenvolvimento sustentável: o imperativo global* pronunciado por Alden Clausen (1982), presidente do Banco Mundial naquela altura. No seu discurso, Clausen chamava os “ardorosos defensores do ambiente” a unirem esforços com “aqueles de nós que estamos tentando ajudar os países em desenvolvimento a acelerar seu crescimento econômico”. A mensagem implícita do *establishment* econômico era clara: as ações de proteção ambiental podem ser aceitáveis, mas apenas dentro das regras do sistema capitalista global.

A lógica neoliberal possui uma grande plasticidade para contestar a oposição social e política, devido à sua capacidade de absorver e adaptar críticas em novas realidades que não questionam as suas estruturas e fundamentos ideológicos. Deste modo, a noção de sustentabilidade é frequentemente

¹ Este texto foi elaborado para o VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, como parte da intervenção do autor – na qualidade de orador convidado – no Painel 1. Após a sua escritura, o conteúdo desta intervenção foi adaptado para dois textos anteriores à celebração do congresso, publicados no site da revista Clara Corbelhe e no portavoz En Movimento – da organização soberanista galega Movimento Arredista – em maio e julho de 2025, respectivamente.

usada como se tivesse um significado neutro e autoevidente (Bonnett, 1999), mascarando o fato de que há disputas fundamentais sobre que é o que deve ser sustentado e para quem. Portanto, o desenvolvimento sustentável, tal como tem sido incorporado à lógica dominante, atua para nos convencer de que a destruição ambiental é uma externalidade potencialmente solucionável do sistema, e não uma consequência estrutural e inerente ao seu modo de funcionamento.

A transição energética no capitalismo

Do mesmo modo que o conceito de desenvolvimento sustentável foi modelado pelas instituições do *establishment* capitalista como uma ferramenta para a sua própria sobrevivência diante das potenciais consequências da crise ecológica, a narrativa da transição energética cumpre a mesma função de preservação dos interesses do capital ante a previsível minguagem na taxa de extração dos combustíveis fósseis. Sem avaliar o potencial tecnológico das *renováveis* para substituir por completo as tecnologias de combustão e sustentar o atual sistema de produção e consumo, poderíamos afirmar que existe um consenso bastante amplo de que a era dos combustíveis fósseis está no seu fim, virando o rumo dos estados industrializados para uma inevitável diversificação do seu *mix* energético.

A minha visão é que este consenso se alicerça em três suposições fundamentais – tratadas como axiomas e raramente debatidas – que configuram a lógica dominante da transição energética. Em primeiro lugar, assume-se uma visão positivista do progresso humano, segundo a qual a evolução tecnológica deve seguir avançando de forma linear. Em segundo lugar, aceita-se que o consumo energético das nossas sociedades deve ser mantido, com o fim de assegurar um crescimento econômico sustentável que garanta a estabilidade do sistema. Por último, consequência direta da anterior, parte-se do princípio de que o capitalismo seria o sistema econômico mais adequado para liderar essa transição global.

Em consequência, a transição energética é apresentada como um processo inevitável no devir do progresso humano, centrado, exclusivamente, num problema tecnológico cuja solução ocorreria apenas com a substituição das fontes de energia

empregadas nas últimas décadas. Ainda que no debate social e acadêmico coexistam outras concepções mais críticas, a transição energética que visiona o sistema capitalista não questiona as bases estruturais de um sistema que se sustenta na desigualdade e na destruição ambiental. Além disso, cria novas formas de exploração, particularmente através do controle de minerais essenciais para as tecnologias *renováveis*, que reforçam as relações de dependência e aprofundam nas hierarquias globais do colonialismo (Dunlap, 2014).

Tirando o véu da transição energética

No entanto, estas mudanças não ocorreram de maneira neutra ou espontânea, mas no marco de relações de poder e conflitos sociais. Assim, em vez de aceitarmos passivamente uma mudança tecnológica dentro do mesmo modelo econômico, devemos reivindicar uma transição que questione as relações de produção e consumo que estruturam as sociedades contemporâneas. Para abordar a titânica tarefa de tirar o véu da narrativa dominante da transição energética, acho que seria necessário transladar ao debate público – no mínimo – sete eixos discursivos fundamentais que passam por:

1. *Desconstruir a ilusão da neutralidade da ciência e da tecnologia.* Os processos cognoscitivos na ciência estão diretamente afetados pela ideologia e o modo de organização social. Assim sendo, a crença de que as tecnologias *renováveis* são intrinsecamente benéficas mascara que seu desenvolvimento e aplicação estão condicionados por interesses econômicos e políticos.
2. *Transcender a urgência da mudança climática.* A crise ambiental não se limita ao aquecimento global, e sim envolve outros processos que evidenciam o ultrapassamento dos limites planetários (Richardson, 2023). A complexidade da crise ambiental entra em contradição com a simplicidade do discurso sobre a produção de eletricidade sem emissões de gases de efeito estufa.
3. *Refutar as promessas tecno-otimistas* que defendem que os avanços científicos – os atuais e os que estão por chegar – resolverão a crise ambiental. O tecno-otimismo oferece a (falsa)

esperança de um futuro no qual a inovação tecnológica resolverá as externalidades do modo de produção capitalista, amortecendo a urgência de mudanças sistêmicas profundas.

4. *Questionar o consumo de energia a nível sistêmico.* A frequência com que a população recebe mensagens relacionadas com a economia de energia em nível individual contribui para obscurecer, implicitamente, o consumo de energia em todas as etapas dos processos produtivos de bens de consumo, assim como noutras atividades *energívoras* alheias ao consumo doméstico.
5. *Refletir sobre os usos da energia.* Ligado a um questionamento do consumo a nível sistêmico, devemos refletir também sobre os usos da energia, reconsiderando que parte seria necessária para satisfazer as necessidades básicas da humanidade e que parte está sendo consumida para a reprodução do capital.
6. *Combater a ideia de desacoplamento* que sugere que o crescimento do PIB pode ser completamente desvinculado das emissões e do uso de recursos naturais. No entanto, evidências empíricas mostram que, embora possa haver um certo desacoplamento relativo, um crescimento econômico contínuo inevitavelmente implica maior extração e consumo de energia e materiais (Parrique, 2019).
7. *Desterrar o relato da pobreza como causa de degradação ambiental.* A necessidade de crescimento econômico é frequentemente apresentada como solução para os impactos negativos do atual modelo produtivo, ignorando que são provocados por padrões de consumo desiguais e pela externalização dos impactos ambientais.

A superação da narrativa hegemónica

Falando desde uma nação europeia como a Galícia, é inegável que nossa posição de periferia do centro capitalista faz que a sociedade galega desfrute de um nível de vida sustentado no acesso a tecnologias avançadas e no consumo massivo de energia. Os nossos padrões de vida estão alicerçados por relações de intercâmbio assimétricas com outros povos do mundo, através de uma apropriação

massiva de recursos – materiais, energia, terra e trabalho – e da externalização das cargas ambientais (Dorninger, 2021).

Nesse sentido, o que se apresenta como uma solução tende a perpetuar os problemas que aspira a solucionar, devido ao fato de que a simples substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis não questiona as bases estruturais de um sistema que se sustenta na desigualdade e na destruição ambiental. Portanto, esta contribuição pretende alertar sobre a necessidade de articular uma educação ambiental crítica e emancipadora, que ajude a desnaturalizar os discursos dominantes sobre transição energética e o desenvolvimento sustentável.

Este objetivo só poderá ser alcançado através de uma educação ambiental com a capacidade de preparar ao nosso povo para imaginar – e construir – futuros alternativos diante da crise ecológica (Conde, 2025). Deste modo, devemos perguntar-nos se deixaremos que a transição energética continue a aprofundar na lógica predatória do capital ou se pode tornar num ponto de inflexão que avance na construção de um mundo mais justo e sustentável. A resposta dependerá, em grande medida, da nossa capacidade de articular resistência, construir alternativas e conectar as lutas cara uma perspectiva global de transformação.

Para arrematar, e como reflexão final, quero recuperar o título de um artigo publicado em 2006 pelo professor Pablo Meira (Cartea, 2006) no qual ele questiona: *se a educação para o desenvolvimento sustentável é a resposta, qual é que era a pergunta?* Cabe-nos perguntar se as práticas educativas que hoje reivindicam a sustentabilidade estão de fato a transformar as condições que geram a crise ecológica e social, ou se apenas funcionam como respostas estéreis a perguntas mal formuladas.

REFERÊNCIAS

- CARTEA, P. A. M. Se a Educación para o Desenvolvimento é a resposta, cal era a pregunta? **Revista AmbientalMente Sustentable**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2183/5022>. Acesso em: 04 out. 2025.
- BONNETT, M. Education for sustainable development: a coherent philosophy for environmental education? **Cambridge Journal of Education**, v. 29, n. 3, p. 313-324, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0267658991000167111>.

- org/10.1080/0305764990290302. Acesso em: 04 out. 2025.
- CLAUSEN, A. W. Sustainable development: the global imperative. **Environmentalist**, v. 2, p. 23-28, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02600350>. Acesso em: 04 out. 2025.
- CONDE, J. J. Education for Sustainable Development: The Iron Fist of Capitalism in the Era of Climate Emergency. **Australian Journal of Environmental Education**, v. 41, n. 4, p. 985-1002, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/ae.2025.10075>. Acesso em: 04 out. 2025.
- DORNINGER, C. *et al.* Global patterns of ecologically unequal exchange: implications for sustainability in the 21st century. **Ecological Economics**, v. 179, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106824>. Acesso em: 04 out. 2025.
- DUNLAP, R. E. *et al.* The new environmental paradigm scale: from marginality to worldwide use. **Journal of Political Ecology**, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.2458/jpe.6131>. Acesso em: 04 out. 2025.
- RICHARDSON, K. *et al.* Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science Advances**, v. 9, n. 37, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/sciadv.adh2458>. Acesso em: 04 out. 2025.
- PARRIQUE, T. *et al.* *Decoupling debunked: evidence and arguments against green growth as a sole strategy for sustainability*. Brussels: European Environmental Bureau, 2019. Disponível em: <https://eeb.org/library/decoupling-debunked/>. Acesso em: 04 out. 2025.
- ONU. World Commission on Environment and Development. **Our common future**. New York: United Nations, 1987. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/139811>. Acesso em: 04 out. 2025.

ISBN:978-65-5633-074-7



9 786556 330747



Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

Secretaria de
Estado de Educação
e Desporto Escolar

Secretaria do
Meio Ambiente



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



MINISTERIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



ASLBrasil
Projeto Paisagens Sustentáveis do Amazônico

